

O Teatro de Santa Isabel: Monumento e Personagem da Identidade do Recife

Eduardo OLIVEIRA HENRIQUES DE ARAÚJO¹;

Anália Keila RODRIGUERS RIBEIRO²

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Av. Professor Luis Freire, Curado, Recife-PE; eduardohenriquesdearaujo@hotmail.com,

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Av. Professor Luis Freire, Curado, Recife-PE, analiakeila@yahoo.com.br

RESUMO

O Teatro de Santa Isabel é um conhecido monumento arquitetônico da capital de Pernambuco. A construção, datada do século XIX, é um paradigma no estado para os espaços voltados à difusão cultural em teatro e ópera não só por sua estrutura exemplar, mas também por toda a tradição que permeia suas paredes. É justamente focando-se nesta tradição do Teatro de Santa Isabel, construída graças a sua inserção na vida da cidade do Recife e dos seus cidadãos, que estes autores se propuseram a investigar como o monumento figura entre os constituintes da identidade cultural coletiva do Recife. Ademais, para efetivamente estabelecer-se essa investigação, far-se-á uma imersão na figura histórica de seu criador, o Conde da Boa Vista, presidente da província de Pernambuco quando do II Império. Através de uma pesquisa qualitativa de análise bibliográfica documental, extraída de textos de livros e de artigos disponibilizados na Internet -, somando-se a busca por depoimentos de figuras públicas da cidade, tentar-se-á identificar a importância do Santa Isabel na configuração recifense.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro de Santa Isabel, Turismo Cultural, Turismo Educacional, Identidade Coletiva.

INTRODUÇÃO

- O Teatro de Santa Isabel: criação e transformação no Recife

O Teatro de Santa Isabel foi idealizado por Francisco do Rego Barros, então Presidente da Província de Pernambuco. Este era cabense nascido no Engenho Trapiche, filho de um fidalgo brasileiro. Estudou em Portugal e na França, em fins da primeira metade do século XIX, e desses dois países trouxe as idéias européias de higiene e modernização urbanísticas que transformaram o Recife da época (GASPAR, 2009).

As modernizações trazidas por Rego Barros foram imprescindíveis ao crescimento e desenvolvimento pernambucanos, a cidade estava “desprovida das utilidades imprescindíveis ao bem estar e conforto do seu povo: não havia água, esgotos, pontes, logradouros, teatros, obras portuárias; as ruas da cidade eram de areia passeios de tijolos pontes de madeira”, como narra João Pirretti (BORGES, 1992). Percebe-se que o Recife vivia uma situação de arcaísmo urbanístico e seus aparelhos sociais não atendiam às necessidades da população.

Motivado em solucionar o déficit urbano do Recife, o então presidente iniciou uma série de intervenções na cidade. Três meses após a posse de seu segundo mandato na Presidência de Pernambuco, Rego Barros anunciou o seu desejo e empenho por erigir um teatro público na cidade. Em pronunciamento público na Assembléia Legislativa Provincial, proferiu:

“Tornando-se bastante sensível, senhores, nesta rica e populosa cidade, a falta de um teatro público, que ofereça aos seus habitantes uma licita e honesta distração, havendo apenas com este nome uma casa particular tão acanhada, e péssima, que ninguém a ela recorre, e tendo semelhante estabelecimento merecido, em todos os tempos, a proteção dos governos, pelas vantagens que deles resultam a civilização e moralidade dos povos, julguei conveniente mandar levantar a planta e fazer o orçamento de um edifício, que sirva de teatro público nesta capital, e espero que vós consignareis os necessários fundos para esta obra, ou por meio de prestações marcadas na lei do orçamento futuro, ou por meio de loterias, formadas segundo o plano das que já foram concedidas a Matriz do Sacramento da Boa Vista, e a Igreja do Livramento” (BORGES, 1992).

Partindo-se desse discurso, iniciaram-se uma série de ações em prol da efetivação do teatro. A Assembléia Legislativa Provincial aprovou a idéia de erigir o edifício e liberou fundos estatais para a causa. Primeiramente, a cargo do engenheiro pernambucano Boyer, mas o projeto apresentado fora “tão acanhado e pobre que não fora aceito e, imediatamente, convidado outro engenheiro francês Louis Léger Vauthier” para o disputado ofício (BORGES, 1992).

O fato de ser um francês a responder pelo tão importante projeto do teatro pernambucano não agradou a todos, mas Vauthier foi o escolhido. Seu primeiro projeto foi inspirado na Ópera de Paris, e ficou caro demais. Feitas algumas alterações, o projeto fora, aprovado, prevalecendo-se o neoclassicismo arquitetônico preponderante em Vauthier.

As construções voltadas a abrigar os grandes e antigos teatros brasileiros chamam a atenção pela beleza e suntuosidade dos acabamentos. Segundo a revista eletrônica JORNAL DE TEATRO, esse é o caso dos teatros construídos segundo as linhas do Neoclassicismo. E a revista continua dizendo que o Teatro de Santa Isabel é um dos 14 teatros-monumentos brasileiros de acordo com o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional -, além de ser o “maior patrimônio da arquitetura neoclássica de seu estado” (JORNAL DE TEATRO, 2009).

Poucos sabem, na verdade, que o Teatro de Santa Isabel recebeu este nome às vésperas de sua inauguração. Primeiramente, chamar-se-ia Teatro Pernambucano, porém a aceitação de um pedido de homenagem à Princesa Isabel de Bragança Bourbon, filha do Imperador Dom Pedro II, feito pelo governador

provincial de então, já Honorato Hermeto Carneiro Leão, em 1849, deu-lhe o consagrado nome. Geninha da Rosa Borges, ex-diretora do teatro, explica que “homenagens desse tipo eram feitas através do onomástico (santo do mesmo nome do homenageado): sempre feita à intenção de uma oferta, de uma doação, para receber em troca sucesso e proteção, como retribuição” (BORGES, 1992). Diferentemente da Ponte Princesa Isabel e da Avenida Barão de Rio Branco, o Teatro de Santa Isabel necessita ser compreendido como pertencente à Santa Isabel, recebendo, por isso, obrigatoriamente, a preposição “De”.

Realizado o sonho de Rego Barros de dar ao Recife um espaço público de instrumentação lúdica e difusão cultural, o Teatro de Santa Isabel recebeu espetáculos líricos e populares em grandes noites de gala. Ocorreu uma verdadeira transformação na sociedade local, como relata mais uma vez Geninha da Rosa Borges em seu livro *Teatro de Santa Isabel: nascedouro & permanência*:

“Nenhum modista, nenhum alfaiate ficou sem dinheiro farto nas gavetas da cômoda ou da secretária. Encomendas de trajos de luxo. Jóias de brilhantes e de esmeraldas: caçoletas, diademas, rosetas... Ao teatro ia-se de carruagens próprias, com brasões nas portinholas ou em ‘landaus’ e ‘coupés’ alugados (...). O Recife estava outro. Para ele, assim progressista, somente o Teatro de Santa Isabel.
(BORGES, 1992).

O Santa Isabel renovou o comportamento social do Recife, influenciando essa sociedade ao mesmo tempo em que era por ela influenciado. Os preços, espetáculos, horários, tudo refletia o espírito da sociedade recifense, bem como esse espírito era manipulado pelo teatro a fim de fazer dele arte. Na década de 1910, chegou a funcionar como cinema devido ao sucesso de Hollywood naquela época. Dentre salão de baile e banquete, formaturas, posses etc. (BORGES, 1992). Hoje, o Teatro de Santa Isabel não pertence mais ao Estado de Pernambuco, mas a Prefeitura da Cidade do Recife e tem seu palco voltado às apresentações populares ou líricas com a fim de atender à população de modo mais amplificado.

Desde a sua fundação, o Teatro de Santa Isabel foi reduto de grandes acontecimentos. Recebeu políticos como Joaquim Nabuco e Tancredo Neves; e Chefes de Estado como o Presidente Francês François Mitterrand – que visitava a cidade em outubro de 1985.

O Teatro de Santa Isabel não pode ser visto senão como ente vivo do Recife e nascente cultural desta cidade e de seus cidadãos. Prova disso é a fala de Geninha da Rosa Borges diretora do TSI de 1983 a 1986: “Impossível será falar do Recife, sem falar no Teatro de Santa Isabel” (BORGES, 1992). Assim, compreende-se que, desde a sua fundação aos dias atuais, o Santa Isabel nunca foi apenas um palco, mas uma parte visceral da cidade e uma aorta de cada filho desta.

- Francisco do Rego Barros e o Recife de Hoje

Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, foi uma importante personagem da história do Brasil Império. Presidente da Província de Pernambuco, de 1837 a 1844, e Presidente da Província do Rio Grande do Sul, de 1865 a 1867 – durante a Guerra do Paraguai.

Segundo Lúcia Gaspar (2003), da Fundação Joaquim Nabuco, conta que Francisco era filho de um coronel de milícias homônimo dignitário fidalgo e Cavaleiro da Casa Imperial do Brasil; foi educado em casa, no Engenho Trapiche, por professores particulares. Ingressou na carreira militar em 1817, aos 17 anos de idade, onde se destacou por seu brilhantismo estratégico em batalhas como a Revolução de Goiânia e a Convenção de Beberibe, ambas em 1821. Também foi preso e enviado à prisão da fortaleza de São João da Barra, em Lisboa, Portugal, por seu envolvimento nos episódios acima citados. Liberto em 1823, Rego Barros viajou à Paris a fim de completar sua educação. Lá se bacharelou em Matemática pela renomada Universidade de Paris.

Formado, Francisco do Rego Barros retorna a Pernambuco e dedica-se à Política. Em 1837, com 35 anos de idade, foi designado Presidente da Província de Pernambuco, ficando no posto até 1844 (SENADO, 2009). Quando assumiu o governo de Pernambuco, Rego Barros mandou buscar na França engenheiros franceses de renome, artistas e literatos, além de incentivar o desenvolvimento das artes e

ciências locais. GASPAR (2003), completa que o Conde foi responsável pela equiparação de Recife às grandes cidades modernas da época. Aterrou mangues para a expansão da cidade, sendo o mais importante o da Boa Vista, que se iniciava na Rua da Aurora e seguia pela Rua Formosa e Caminho Novo até a Várzea. Hoje, esse traçado entre a Rua da Aurora e a Várzea é a Avenida Conde da Boa Vista, homenageando a figura modernizadora de Francisco do Rego Barros.

Francisco do Rego Barros tinha o objetivo pessoal de configurar a Província como um local de prosperidade. Esse trabalho se iniciava pela capital. O Recife ganhou estradas ligando a capital às áreas produtoras de açúcar do interior, a ponte pênsil de Caxangá, o Teatro de Santa Isabel, a Penitenciária Nova – hoje, Casa da Cultura, o Cemitério de Santo Amaro, o edifício da Alfândega – hoje, o Shopping Paço Alfândega, canais, estradas urbanas, um sistema de abastecimento de água potável, a reconstrução das pontes de Santa Isabel, Boa Vista e Maurício de Nassau, além da construção de sua maior obra: o Palácio do Campo das Princesas (GASPAR, 2003).

Em 1841, através de Decreto Imperial, Rego Barros foi agraciado com o título de Barão, recebendo o título de barão com grandeza em 1854. Foi elevado a Visconde, com grandeza, em 1858 e, em 1860, tornou-se conde com grandeza, o primeiro e único Conde da Boa Vista (BARATA E CUNHA BUENO APUD CASCÃO, S/D). Por suas ações em prol do desenvolvimento do Recife, o Presidente da Província recebeu de presente em 1842, um palacete no nº 405 da Rua da Aurora em dois pavimentos.

O citado Palacete do Conde da Boa Vista foi construído com base no projeto do engenheiro urbanista francês Louis Léger Vauthier, sendo um dos exemplares mais belos do Neoclassicismo recifense, inspiração típica de Vauthier. Esse edifício é um dos cartões postais mais famosos do Recife, sendo constantemente visto em fotografias da Rua da Aurora, que é utilizada pela Prefeitura da Cidade do Recife como símbolo do município. Durante a ditadura militar, por motivo dos constantes interrogatórios a estudantes e intelectuais, o palacete, que abrigava a 1ª Delegacia Auxiliar e, depois, a Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS -, foi apelidado pelo Jornalista Aníbal Fernandes de “A Sorbonne da Rua da Aurora” (POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2007).

Observando-se as passagens da vida de Rego Barros, encontram-se suas marcas no Recife de hoje. O Teatro de Santa Isabel, o Palácio do Campo das Princesas (MENEZES, 1985), a Rua da Aurora, o Bairro da Boa Vista, a Conde da Boa Vista, a Casa da Cultura dentre outros cartões postais da cidade que figuram no imaginário de cada recifense e é daqui levado mundo afora por turistas. Mais do que isso, são as experiências nesses locais vivenciadas hoje e outrora, como as tidas por aqueles estudantes da época da “Sorbonne da Rua da Aurora” (POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO, 2007).

Assim, vê-se que a presença de Rego Barros não se findou quando da sua morte, ainda no século XIX, como também não se restringe a edifícios monumentais. A ‘culturalidade’ eferescente do recifense, as constantes manifestações de união do lirismo e do popular, a defesa de espaços tradicionais e o espírito empreendedor para novos espaços de cultura são vestígios remanescentes do espírito semeado pelo Conde da Boa Vista no Recife e que contemporaneamente ainda floresce.

REFERENCIAL TEÓRICO

- Identidade Cultural Coletiva

Acredita-se que a memória é uma atividade coletiva e que as janelas do tempo, marcas do passado, podem ser vistas e representadas no presente por meio de ambientes e ou monumentos oriundos daquele passado (ANJOS, 2008). Essas janelas unem o passado e o presente, refletindo, assim, na vivência de cada cidadão, a evolução sócio-cultural advinda do processo histórico.

A identidade cultural coletiva provém dos instrumentos tangíveis e intangíveis deixados pelas gerações passadas, assimiladas e transformadas pela geração presente com base no que lhe precedeu. É a evolução dos costumes ao longo dos anos e suas adaptações às idiosincrasias de cada momento histórico das sociedades. Monumentos históricos são exemplares preciosos de instrumentos de condução da identidade cultural coletiva e a origem deles, bem como sua preservação e utilização pública, quase sempre, implica haver nas políticas governamentais a possibilidade de construção de subjetividades e identidades que se põe a trabalhar conjuntamente como configuração social, como também solidificar, restaurar e ressuscitar subjetividades e identidades provenientes das janelas do tempo (RIBEIRO, 2009).

As Manifestações culturais, os monumentos históricos, os registros iconográficos e a historiografia popular são instrumentos de conservação e transmissão da cultura histórica constituinte de uma localidade. Essa cultura constituinte é o que se pode chamar de identidade cultural coletiva. Ela é tudo aquilo que une pessoas de uma região e as concede características sociais semelhantes.

O conceito de identidade, segundo o pensamento pós-moderno, é dito como sendo o de algo em formação, em constante mudança para a construção de um conjunto intangível de elementos que compõem um ponto de contato entre um universo circundante e o *Ser* identidade (BANDUCCI JR. e BARRETTO, 2003). Desta forma, a identidade do recifense é uma subjetividade em permanente processo de afirmação ao longo de sua vida, bem como a identidade do Teatro de Santa Isabel no Recife e para o Recife.

Assim, a preservação de elementos que atuam como protagonistas da história constituinte, a exemplo de janelas do passado, como o Teatro de Santa Isabel, é de fundamental relevância para a manutenção das características sociais coletivas de uma localidade. Essas características formam o perfil etnológico-social, resultando, desta forma, na identidade cultural coletiva da localidade, podendo, sua ausência, levar a uma crise cultural.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse artigo tem por objetivo compreender como o Teatro de Santa Isabel se apresenta enquanto um dos constituintes da identidade cultural coletiva do Recife. Para isso, empreendeu-se uma pesquisa bibliográfica que segundo Minayo (2007) e Lakatos *et al* (1986) apud Barros (2008), define-se como elaborada a partir de material previamente publicado. A análise do quanto real é a vivência do Santa Isabel no seio da identidade coletiva do Recife se deu por meio de um estudo qualitativo, por meio de análise de registros públicos e impressões pessoais. Este estudo torna possível um maior envolvimento com a problemática (BAUER, GASKELL E ALLUM, 2002).

Desta forma, buscando-se fontes históricas e personalíssimas, entendam-se aqui discursos de autoridades políticas e ou culturais do Recife, e empreendendo uma análise desses discurso a partir da utilização de métodos de análise predominantemente interpretativos (BARDIN, 1991), delinear-se-á como que esse monumento histórico-cultural se relaciona com o Recife e seus cidadãos.

ANÁLISE DE DADOS

Para estabelecer a dimensão do Teatro de Santa Isabel na identidade do Recife, ter-se-á como base o livro *‘Teatro de Santa Isabel: nascedouro e permanência’* de Geninha da Rosa Borges, atriz e ex-diretora do teatro. O livro conta a trajetória do Santa Isabel através de resgates bibliográficos históricos e de depoimentos de ilustres figuras recifenses. A partir destes depoimentos mensurar-se-á a relevância do monumento trabalhado por este artigo para a recifensidade.

“Ergue-se imponente o Teatro de Santa Isabel. Recifenssíssimo.”

Joaquim Francisco de Freitas Cavalcanti, ex-prefeito do Recife (pág. 21).

“Auscultar o Teatro de Santa Isabel, identificação de nossa recifensidade, percebemos o desafio que nos toca, para a sustentação da sua continuidade histórica”.

Antônio Rafael de Menezes, ex-vereador do Recife (pág. 27).

“Segundo o testemunho do próprio Joaquim Nabuco, no Teatro de Santa Isabel, pode-se dizer, foi ganha aqui a causa da Abolição”.

Roberto Magalhães, ex-prefeito do Recife e ex-governador de Pernambuco (pág. 33).

“No Teatro de Santa Isabel tudo nos fala à alma: nele se respira a atmosfera da História de Pernambuco e as vozes que aqui se fizeram ouvir, ainda hoje repercutem altivando, encorajando e fortalecendo o coração do nosso povo”.

Tancredo Neves, ex-presidente do Brasil (pág. 47)

“Muito mais do que uma Casa de Espetáculos, o Teatro de Santa Isabel é uma venerável instituição recifense.”

Edson Nery da Fonseca, professor da UNB (pág. 65)

“Como disse Valdemar de Oliveira, ‘a história da música pode ser escrita no palco do Santa Isabel’”

Cussy de Almeida, ex-diretor do Conservatório de Música de Pernambuco (pág. 71).

“Aqui está guardada parte significativa da memória da cidade e do povo. Não se trata de memória escrita, muito menos iconográfica. O que aqui se contém é a alma da cidade.”

Humberto Vasconcelos, ex-secretário de educação do Recife (pág. 129).

CONCLUSÃO

Analisando-se os discursos extraídos do livro de Geninha da Rosa Borges, consagrada atriz pernambucana, pode-se concluir que o Teatro de Santa Isabel se confunde com a própria subjetividade cultural do Recife. O teatro se funde à identidade da cidade sendo considerado, inclusive, fragmento de sua alma. Assim, conclui-se que ele detém a importância magna de ator constituinte da recifensidade, da relação dos cidadãos com a sua cidade, não apenas tomando como fundamento o viés histórico, mas a sua representatividade cultural atual e a sua manifestação enquanto agente de preservação, manutenção e renovação da conjectura do Recife.

A significância do monumento Teatro de Santa Isabel para a imagem e vivacidade do Recife, obtida através da análise do discurso de personalidades locais dos âmbitos político, cultural, social e catedrático, explicita a necessidade de manutenção das atividades de espetáculos do mesmo. Também a recuperação de antigas atividades que outrora se fizeram presentes, como a biblioteca aberta ao público e a sala *Louis Léger Vauthier*, em memória do exímio arquiteto do Santa Isabel – nos moldes de um memorial.

Manter o Santa Isabel aberto ao povo é manter a identificação do recifense com a sua cidade, com a sua cultura e com a sua história. O Teatro de Santa Isabel não se revela enquanto parte do Recife, mas como o próprio Recife em um misto de sensações oriundas da alma da cidade e que geram a identificação da coletividade da capital pernambucana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, I.S.C., RIBEIRO, A.K.R. *Os Caminhos de Delmiro Gouveia em Pernambuco: construção de um roteiro turístico pedagógico*. IV Congresso de Iniciação Científica do IFPE, ANAIS ELETRÔNICOS. Recife, IFPE, 2009.

RIBEIRO, A. K. R. *Sujeito e Identidade nos Processos Educativos*. Projeto de Pesquisa Institucional. Professora Doutora Anália Keila Rodrigues Ribeiro. PIBIC – IFPE. 2008;

BANDUCCI JR. e BARRETTO, Margarita e Álvaro. *Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica*. Papirus Editora. 3ª edição. São Paulo. 2003;

BARATA E CUNHA BUENO APUD CASCÃO, Carlos Eduardo, A. H., e Regina. *Dicionário das Famílias Brasileiras - Verbetes: Butuí, Barão de; e família Moreira*. Disponível em <<http://www.sfreinobreza.com/NobB.htm>>. Acessado em 04.12.09;

BARROS, Telma Bastos de. *Conceitos em Pesquisa Científica* in Web Artigos.com. 2008. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/10409/1/conceitos-em-pesquisa-cientifica/pagina1.html>> Acessado em 28.12.2009;

BAUER, M.; GASKELL, G.; ALLUM, N.C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. (orgs). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 17-36.

BORGES. Geninha da Rosa. *Teatro de Santa Isabel: nascedouro e permanência*. CEPE. Recife, 1992;

GASPAR, Lúcia. *Conde da Boa Vista (Francisco do Rego Barros)*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2003. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br>> Acesso em 05.11.2009;

JORNAL DO TEATRO. *Arquitetura Faz Arte no Teatro*. 2009. Disponível em <<http://www.jornaldoteatro.com.br/materias/reportagens/60-hiostoriaarquitetura.html>> Acessado em 06.11.2009;

MENEZES. José Luiz Mota. *Palácio do Campo das Princesas*. Pool Editorial LTDA. Recife. 1985;

POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO. *História da polícia civil de Pernambuco – De 1817 a 2007*. Recife, 2007. Disponível em <<http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/historia-da-policia.html>> Acessado em 06.11.2009;

RIBEIRO, Anália Keyla Rodrigues. *Sujeito e Identidade nos processos educativos*. Projeto de Pesquisa. PIBIC – IFPE. 2009;

SENADO. *Períodos Legislativos do Império – 1850 – 1852*. Senador Conde da Boa Vista. S/D. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1677&li=8&lcab=1850-1852&lf=8> Acessado em 06.11.2009;